Algumas Considerações a cerca da Prática do Mapeamento Colectivo

> Vivemos com uma noção de território herdada da modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, muitas vezes praticamente intangíveis, atravessando os séculos. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que constitui o objecto da análise social. Trata-se de uma forma impura, de um híbrido, de uma noção que, por conseguinte, requer uma revisão histórica constante. O que tem de permanente é o facto de ser o nosso quadro de vida. O seu entendimento é, pois, fundamental para afastarmos o risco da alienação, o risco da perda de sentido da existência individual ou colectiva, o risco da renúncia ao futuro.
>
> Milton Santos, *O Retorno do Território*

Por iconoclasistas
iconoclasistas.net / iconoclasistas@gmail.com

Desde tempos passados que a produção de cartografias foi um dos principais instrumentos que o poder dominante utilizou para a apropriação utilitária dos territórios — o que inclui não só uma forma de ordenamento territorial, mas também a demarcação de fronteiras para assinalar as novas ocupações e planificar as estratégias de invasão, de saque e de apropriação do comum. Desta maneira, os mapeamentos que habitualmente circulam são o resultado do olhar que o poder dominante recria sobre o território, produzindo representações hegemónicas funcionais nos termos do desenvolvimento do modelo capitalista, descodificando o território de maneira racional para enumerar e caracterizar os recursos naturais, as suas características populacionais e o tipo de produção mais eficaz para transformar em capital a força de trabalho e os recursos. Este olhar científico sobre o território, os bens comuns, e aqueles que o habitamos é completado através de outras técnicas que perscrutam o corpo social, como a videovigilância, as técnicas biométricas de identificação e as fórmulas estatísticas que interpretam situações e oferecem a informação que permite a execução de mecanismos biopolíticos orientados para organizar, dominar e disciplinar os que habitam um território.

Chamamos "mapeamento colectivo" à apropriação da técnica de mapeamento a desenvolver em oficinas com a participação de estudantes, organizações de moradores, movimentos sociais, artistas, comunicadores, e de qualquer um de nós que se senta interpelado a pensar colectivamente o seu território. Em muitos lugares da nossa América Latina, a esta técnica chama-se "mapeamento participativo", denominação que não nos satisfaz completamente, porque consideramos que o "participativo" implica a reunião a qualquer coisa de

pré-existente, ao passo que os mapeamentos colectivos se engendram durante o espaço de criação cooperativa e são representações originais e particulares. Outros conceitos associados a esta modalidade de trabalho são: cartografia social / crítica / contra-cartografia / descartografia, etc. — denominações, todas elas, que têm a sua justificação própria e que apresentam diferenças válidas e interessantes.

Desde o ano de 2008, organizamos oficinas de mapeamento colectivo (*talleres de mapeo colectivo,* TMC) juntamente com organizações políticas, movimentos sociais e colectivos culturais, impulsionando um trabalho cooperativo em mapas e planos cartográficos a partir da concepção e da libertação de uma série de ferramentas que através da socialização de saberes não especializados e de experiências quotidianas dos participantes permitem compartilhar conhecimentos em vista da viabilização crítica das problemáticas mais prementes do território, identificando responsáveis, conexões e consequências. Este olhar amplia-se no processo de rememoração e sinalização de experiências e espaços de organização e de transformação, visando tecer redes de solidariedades e de afinidades. A partir do trabalho colectivo é construído um panorama complexo sobre o território, que permite distinguir prioridades e recursos quando chega o momento de se projectarem práticas transformadoras que em seguida adoptam diversos cursos de acção.

Os TMC potenciam a elaboração de narrativas colectivas críticas nas quais a reflexão a partir de um mapa permite articular processos de territorialização. Os mapas funcionam como ferramentas que geram instâncias de trabalho colectivo e devem permitir a elaboração articulada de programas e narrativas que contestam e impugnam os estabelecidos a partir de diversas instâncias hegemónicas (não só políticas, sociais e institucionais, mas também as correspondentes à opinião pública e aos meios de comunicação de massa, bem como as associadas ao nível das crenças, decretos e formas do senso comum).

Assim, o mapeamento colectivo é um modo de elaboração e de criação que subverte o lugar de enunciação desafiando as narrativas dominantes sobre os territórios para transformar a invisibilidade de saberes, situações e comunidades em narrativas colectivas críticas. Quando falamos de território, estamos a aludir não só ao espaço que nos serve de suporte, mas também ao corpo social e às subjectividades rebeldes. Um dos desafios de trabalhar com mapas é a possibilidade de abrir um espaço de discussão e de criação que não se feche sobre si mesmo, mas que se posicione como um ponto de partida disponível para ser retomado por outros, um dispositivo apropriado que construa conhecimento, potenciando a organização e a elaboração de alternativas emancipatórias.

Não há requisitos nem condições exigidos para a participação nas oficinas, porque todos temos a capacidade de nos *elevarmos* acima do nosso território, operando um *sobrevoo* que, a partir da memória, nos permita reflectir e sinalizar diversas temáticas. Deste modo, a criação crítica activa-se a partir da conversa e da narrativa de experiências, conhecimentos e pareceres, potenciando a escuta, aguçando os sentidos e focando o trabalho sobre uma plataforma comum. Nas oficinas aprofundam-se as diferentes formas de compreender e sinalizar o espaço, pondo à disposição dos participantes vários tipos de linguagem — como símbolos, gráficos e ícones - que estimulam a criação de colagens, frases, desenhos, instruções, ao mesmo tempo que tudo isso favorece o desenvolvimento de modalidades de produção várias, que não obstruem a diversidade de olhares culturais, sociais e políticos dos participantes na oficina, mas que antes permitem a construção de um horizonte colectivo a partir do qual pensar e agir visando o bem comum.

Para o mapeamento colectivo poderão ser retomadas representações hegemónicas (como um mapa cadastral com fronteiras pré-desenhadas), uma vez que será depois subvertidas no processo de socialização dos saberes, potenciando a visibilização dos diversos olhares que operam sobre o espaço. Se se dispuser de tempo para tanto, os mapas poderão também ser desenhados à mão jogando com as fronteiras e as formas; mas é importante esclarecer que o retomar de um mapa oficial é uma questão chave, por exemplo, em situações de reterritorialização empreendidas com comunidades de origem, nas quais a necessidade de sinalizar com exactidão a partir das fronteiras oficiais se torna premente no momento de usar essa informação como parte de uma exigência de reconhecimento territorial apresentada ao Estado nacional (o caso arquetípico é o processo que arrancou no começo dos anos 90 no Brasil).

As oficinas integram uma instância de 'pôr em comum' que se torna fundamental no momento de expor narrativas de grupo, de relevar diferenças e de constituir horizontes de abordagem e de compreensão. Todos tomam a palavra num processo de socialização e de identificação do comum em vista de um agir articulado. Assim, os TMC configuram-se como espaços de formação de comunidades temporais que permitem a elaboração de estratégias e de práticas orientadas para o conhecimento colectivo e a transformação social. As oficinas, tanto no seu processo de construção como no que se refere aos resultados, funcionam em primeira instância como dinamizadores lúdicos que depois se autonomizam a partir da autogestão de desejos e de necessidades dos grupos, a fim de recriarem um protagonismo de desafio que se visibiliza na heterogeneidade das vozes colectivas participantes.

O mapeamento colectivo é uma ferramenta lúdico-política e não está isento de ambiguidades. É preciso ter em conta que o conhecimento crítico que surge das oficinas, se cair em mãos erradas, pode ser utilizado para vulnerabilizar os direitos dos participantes. Por isso, se se decidir construir uma ferramenta comunicacional a partir do mapeamento e dar-lhe difusão pública, a informação incluída deverá ser objecto de um consenso prévio. Os mapas são criados a partir da multiplicidade dos participantes e devem adquirir a forma e os objectivos dos seus criadores, circulando a partir das necessidades, das narrativas e das inquietações das comunidades, organizações e movimentos participantes.

Outro aspecto a considerar é que os mapas mostram um instantâneo do momento em que se realizaram e não repõem na sua completude uma realidade sempre problemática e complexa, mas transmitem antes uma determinada concepção colectiva sobre um território sempre dinâmico e em permanente mudança, onde as fronteiras (reais e simbólicas) adquirem um carácter relacional e fluido e são continuamente alteradas pela activação de corpos e subjectividades. Por isso, a elaboração de mapas deve fazer parte de um processo maior, constituir uma estratégia mais num processo de organização colectiva, ser um 'meio para' a reflexão, a socialização de saberes e de práticas, o impulso à participação colectiva, o trabalho com subjectividades diversas, a disputa em espaços hegemónicos, entre outras possibilidades.

Em 2011, integrámos nos TMC o traçado de uma série de suportes gráficos que nos permitiram alargar o olhar a outros estratos que não correspondem exclusivamente ao espacial-geográfico. Chamamos-lhes "dispositivos múltiplos" (DM) porque consistem em mecanismos de reflexão e criação colectivas cuja concepção e maquetagem variam, e que vamos adaptando, modificando e aperfeiçoando de acordo com as diversas modalidades do território e as preocupações de trabalho dos participantes na oficina. Alguns deles são:

— Linhas de tempo e rugosidades: permitem a identificação e o relevar de factos significativos, personagens chave, políticas públicas e sublevações; através da utilização de símbolos, alegorias e signos que ilustram e acompanham as precisões elucidativas. As rugosidades são trabalhadas na sequência de um processo de construção de mapas críticos e de linhas de tempo, através de uma transparência que permite relevar colectivamente vínculos entre umas e outros, visibilizando conjunções, transformações e embates entre planos temporais (históricos) e espaciais (geográficos).

— Representações discursivas: construção de planos hegemónicos associados ao discurso dos meio de comunicação de massa, da publicidade e de 'o que se diz na rua', quer dizer, o nível do senso comum que impregna o social e se exprime nessas frases e comentários naturalizados.

— Constelações: colocação de transparentes sobre as cartografias ou os dispositivos múltiplos para assinalar as resistências e os processos de transformação e de mudança através da utilização de cartões coloridos com diversas formas. O que potencia a criação de 'imaginários' onde adquirem protagonismo as diversas subjectividades permitindo pensar os símbolos e os protagonistas da nossa história assumidos pelas identidades rebeldes.

— Deriva urbana com instruções: realização de percursos em pequenos grupos e intervenção durante o trajecto: Mapeamento em movimento (marcando lugares, situações, experiências, momentos, etc., segundo um eixo temático) e fotografias panorâmicas (capturando paisagens urbanas que complexifiquem e articulem diversas problemáticas associadas).

— A cidade e os sentidos: intervenção individual sobre um mapa, identificando as zonas ou os lugares de trânsito quotidiano pela cidade e pondo em jogo a memória afectiva que afina os sentidos de modo a intervir através de ícones no que se escuta, sente, cheira, vivencia ou percebe; identificando lugares, instituições, momentos; o que de significativo dá prazer ou causa mal-estar.

— Paisagens reveladoras: criação de uma colagem fotográfica em vista da construção de panoramas urbanos que ponham em evidência uma variedade de problemáticas complexas e associadas. Intervenção posterior sobre a imagem através da inscrição de detalhes que situam, ampliam ou referenciam a paisagem detectando responsáveis, causas, a situação actual, etc.

— Corpo / Disciplina, imposição e controle: sinalização operada sobre figuras humanas visando identificar o modelo e o impacto dos discursos, situação e instituições hegemónicas; considerando os dispositivos urbanos de controle (câmaras, radares), as instituições disciplinares (trabalho, hospital, escola), a violência (polícia, segurança privada), as imposições sociais, as frases publicitárias, as enfermidades físicas, a incorporação de novas tecnologias como próteses de identidade ou de personalidade, etc.

A utilização de DM facilita e potencia o exercício de revelação colectiva focado sobre diversas temáticas e problemáticas referidas a um território particular. A configuração destes dispositivos surge muitas vezes do improviso que se promove no espaço da oficina e que activa a experimentação de recursos a partir das particularidades subjectivas dos participantes. Estes mecanismos geram um sistema de socialização da informação e das experiências sustentado por uma comunicação dialógica que estimula a participação e põe em cena um olhar crítico e alerta sobre o acontecer naturalizado.

O mapa não é o território

Alfred Korzybsky (aristocrata polaco e fundador da semântica geral) cunhou a frase que figura como título deste texto a partir da sua experiência como oficial na Primeira Grande Guerra, na ocasião em que dirigiu uma ofensiva desastrosa durante a qual os soldados que comandava acabaram por cair numa vala que não aparecia no mapa. Gregory Bateson (antropólogo e linguista norte-americano) completou esta frase com a precisão "e o nome não é a coisa nomeada". O que os dois autores tentavam exprimir é a impossibilidade de objectivar as dimensões significativas e afectivas dos espaços e das representações linguísticas.

O vínculo com o território consolida-se a partir de processos de interpretação, de sensação e de experiências próprias. Os mapas não são o território porque lhes escapa a subjectividade dos processos territoriais, as representações simbólicas e os imaginários que se lhes referem, e a mutabilidade permanente e a mudança a que estão expostos. Somos nós, as pessoas, que realmente criamos e transformamos os territórios, e não há uma mimese entre a materialidade espacial dos mapas e a percepção imaginária sobre o território, porque este é uma construção colectiva, moldado a partir das formas subjectivas do habitar, do transitar, do perceber, do criar e do transformar.

Entendemos que as sociedades actuais são marcadas por uma precarização da existência que penetra a vida em múltiplos aspectos: atravessando a configuração urbana como um farol de vigilância, quebrando os laços sociais através da retórica do medo, minando os direitos sociais mais básicos nas instituições públicas, tornando no imaginário colectivo carne a violência simbólica, degradando a experiência do comum e obturando as formas perceptivas no abismo da ansiedade. É por isso que através das oficinas de mapeamento colectivo e de dispositivos múltiplos procuramos recriar colectivamente panoramas complexos que aprofundem os olhares críticos e potenciem subjectividades alertadas e emancipatórias, imprescindíveis para a protecção dos bens comuns contra o saque e a depredação, para a luta contra os processos de colonização e privatização do público, e para a constituição de novos mundos.

Sabemos que partimos de um limite ao trabalhar com mapas, uma vez que estamos a tentar recortar um olhar sobre realidades que não são estáticas, mas se encontram em permanente mudança. É por isso que adicionamos aos planos cartográficos a concepção de dispositivos múltiplos que sinalizem fluxos, processos, conexões, planos subjectivos, plataformas corporais, etc., incluindo modos de expressão e de representação populares, simbólicos, e de forte presença imaginativa. Estas ferramentas não produzem transformações por si mesmas, mas articulam-se num processo de organização e de prática colectiva complexo e profundo que é potenciado a

partir do trabalho cooperativo nestes suportes gráficos.

Trabalhamos a partir do território para potenciar os laços de solidariedade e de acção comum. Às experiências das oficinas somam-se as derivas impensadas adquiridas pelos recursos, metodologias e dinâmicas socializados, que são retomados pelos participantes promovendo formas de autogestão em espaços próprios. As oficinas estimulam a criação de novas territorialidades, recriam espaços vividos críticos, desvelando sentidos impostos e paisagens hegemónicas, que estimulam a intervenção e o protagonismo na mudança. Assim, os processos de territorialização intervêm no espaço e no tempo, alteram as imagens naturalizadas, contestam a conformidade da interiorização das narrativas hegemónicas, e trabalham a partir do passado como forma de potenciar uma memória colectiva que recuse o discurso oficial.

Iconoclasistas, Junho de 2012